



Fundação Casa do Pessoal da
Segurança Social e Saúde
do Distrito de Aveiro

2017

Relatório Atividades e Contas

[Handwritten signature]
B. J.
Jequi

ANEXO 2

Contas do Exercício 2017



Fundação Casa do Pessoal da
Segurança Social e Saúde
do Distrito de Aveiro

Entidade: Fundação Casa do Pessoal da Segurança Social e Saúde do Distrito de Aveiro
Balção Individual em 31 de Dezembro de 2017

Valores em Euros

RUBRICAS		NOTAS	PERIODOS	
			31-12-2017	31-12-2016
ACTIVO				
Activo não corrente				
Activos fixos tangíveis	3,6	69.370,22	68.424,21	
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00	
Propriedades de investimento		0,00	0,00	
Activos intangíveis	3,7	2.592,76	5.000,25	
Investimentos financeiros		1.514,68	1.471,69	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00	
Outros activos financeiros	16	0,00	0,00	
		73.477,66	74.896,15	
Activo corrente				
Inventários	3,10	5.130,50	7.667,02	
Clientes	3,16	233.149,03	231.427,13	
Adiantamentos a fornecedores		0,00	106,05	
Estado e outros entes públicos		5.420,60	0,00	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00	
Outras contas a receber	3,16	2.399.312,03	2.205.545,06	
Diferimentos		0,00	12.389,24	
Outros activos financeiros		71.500,00	81.000,00	
Caixa e depósitos bancários	3,4,16	125.762,85	42.035,08	
		2.840.275,01	2.580.169,58	
Total do activo		2.913.752,67	2.655.065,73	
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos Patrimoniais				
Fundos		0,00	0,00	
Excedentes técnicos		0,00	0,00	
Reservas		91.881,10	78.404,41	
Resultados transitados		1.720.587,35	1.464.530,80	
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	
Outras variações nos fundos patrimoniais	13	5.000,00	5.318,93	
		1.817.468,45	1.548.254,14	
Resultado líquido do período		299.634,76	269.533,24	
Total do fundo de capital		2.117.103,21	1.817.787,38	
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões		0,00	0,00	
Provisões específicas		0,00	0,00	
Financiamentos obtidos	3,16	321.795,96	391.660,88	
Outras contas a pagar		0,00	0,00	
		321.795,96	391.660,88	
Passivo corrente				
Fornecedores	3,16	55.273,49	49.694,31	
Adiantamento de clientes	3,16	4.480,54	3.914,83	
Estado e outros entes públicos	3,16	28.724,20	23.026,99	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00	
Financiamentos obtidos		67.569,57	65.274,22	
Diferimentos	16	160.441,50	175.741,50	
Outras contas a pagar	3,16	158.364,20	127.965,62	
Outros passivos financeiros		0,00	0,00	
		474.853,50	445.617,47	
Total do passivo		796.649,46	837.278,35	
Total dos fundos patrimoniais e passivo		2.913.752,67	2.655.065,73	

O Conselho de Administração

O CC nº 70715

[Handwritten signatures]
degoz

[Handwritten signature]



Fundação Casa do Pessoal da
Segurança Social e Saúde
do Distrito de Aveiro

Entidade: Fundação Casa do Pessoal da Segurança Social e Saúde do Distrito de Aveiro
Demonstração Individual dos resultados por naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2017

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2017	31-12-2016
Vendas e serviços prestados	11	1.040.235,33	1.020.020,23
Subsídios, doações e legados e exploração	13	750.350,25	677.606,41
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-164.211,09	-167.347,72
Fornecimentos e serviços externos	19	-248.380,17	-238.778,71
Gastos com o pessoal	19	-1.047.846,32	-994.945,67
Ajustamentos de inventários(perdas e reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	16	-1.947,09	-209,95
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas(aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades(perdas e reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	19	11.536,14	23.891,14
Outros gastos e perdas	19	-1.046,97	-2.037,56
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		338.690,08	318.198,17
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-24.261,50	-27.186,42
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	6,7	314.428,58	291.011,75
Juros e rendimentos similares obtidos		7,00	6,14
Juros e gastos similares suportados	9,19	-14.800,82	-21.484,65
Resultado antes de impostos		299.634,76	269.533,24
Imposto sobre o rendimento do período	15	0,00	0,00
Resultado líquido do período		299.634,76	269.533,24

O Conselho de Administração

O CC nº 70715



Fundação Casa do Pessoal da
Segurança Social e Saúde
do Distrito de Aveiro

RESULTADOS POR RESPOSTAS SOCIAL

Demonstração de Resultados por Valências em 31 de Dezembro 2017

RENDIMENTOS E GASTOS	Centro de Dia	SAD	CRECHE AP	ERPI	CRECHE CI	TOTAL
Vendas e serviços prestados	78.076,84	73.502,58	75.855,27	740.945,64	71.855,00	1.040.235,33
Subsídios, doações e legados à exploração						
ISS, IP - Centros Distritais	25.022,74	153.840,02	104.946,70	360.725,70	105.815,09	750.350,25
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Variação nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-20.754,23	-20.676,16	-3.469,49	-115.887,41	-3.443,80	-164.211,09
Fornecimentos e serviços externos	-31.290,72	-17.413,51	-22.970,89	-150.006,52	-26.698,53	-248.380,17
Gastos com pessoal	-46.354,97	-94.502,17	-125.280,19	-456.028,80	-125.280,19	-1.047.846,32
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)				-1.127,69	-819,40	-1.947,09
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	297,04	271,31	286,60	10.346,27	334,92	11.536,14
Outros gastos e perdas	-56,13	-85,87	-152,17	-581,07	-171,73	-1.046,97
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-9.406,19	-1.875,12	-2.445,81	-8.697,92	-1.836,46	-24.261,50
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-4.465,62	92.661,08	26.770,02	179.708,20	20.574,30	316.375,67
Juros e rendimentos similares obtidos	0,74	1,43	1,32	2,63	0,88	7,00
Juros e gastos similares suportados	-1.190,29	-2.576,63	-4.445,93	-4.578,14	-2.009,83	-14.800,82
Resultado antes de impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto sobre rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	-5.655,17	90.085,88	22.325,41	175.132,69	17.745,95	299.634,76

O Conselho de Administração

O CC nº 70715

retelefonar

Handwritten signatures and initials



Fundação Casa do Pessoal da
Segurança Social e Saúde
do Distrito de Aveiro

RESULTADOS COMPARATIVOS POR RESPOSTA SOCIAL 2017/2016

Demonstração de Resultados por Resposta Social em 31 de Dezembro 2017

RENDIMENTOS E GASTOS	CENTRO DIA		SAD		CRECHE AP		ERPI		CRECHE CI		TOTAL	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Vendas e serviços prestados	78.076,84	75.429,04	73.502,58	61.945,09	75.855,27	76.029,76	740.945,64	737.528,50	71.855,00	69.087,84	1.040.735,33	1.020.020,23
Subsídios, doações e legados à exploração	25.072,74	26.079,11	153.840,02	142.159,91	104.946,70	103.748,07	360.725,70	303.776,29	105.815,09	102.373,03	750.350,25	677.006,41
ISS - IP - Centros Distritais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Variação nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-20.754,23	-19.011,93	-20.676,16	-21.482,12	-3.469,49	-5.962,52	-115.867,41	-114.962,70	-3.443,80	-5.928,45	-164.211,09	-167.347,72
Fornecimentos e serviços externos	-31.290,72	-31.730,74	-17.413,51	-19.938,10	-22.970,89	-17.830,20	-150.006,52	-141.937,27	-26.696,53	-27.342,40	-248.380,17	-238.776,71
Gastos com pessoal	-46.354,97	-32.691,69	-94.302,17	-113.480,16	-125.280,19	-131.182,91	-656.028,80	-585.307,35	-125.280,19	-132.283,57	-1.047.846,32	-994.945,68
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.127,69	1.212,93	-819,40	-1.422,88	-1.947,09	-209,95
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	297,04	960,71	271,31	1.438,56	286,60	6.029,26	10.346,27	13.963,73	334,32	1.498,89	11.536,14	23.891,14
Outros gastos e perdas	-56,13	-185,00	-85,87	-332,99	-152,17	-439,07	-581,07	-747,50	-171,73	-332,99	-1.046,97	-2.037,56
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-9.406,19	-8.877,82	-1.875,12	-6.850,65	-2.445,81	-6.049,03	-8.697,92	-4.519,48	-1.836,46	-889,44	-24.261,50	-27.186,42
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-4.465,62	-28.346,46	92.661,08	43.459,54	26.770,02	23.863,36	179.708,20	208.957,15	19.754,90	4.760,03	314.428,58	352.693,60
Juros e rendimentos similares obtidos	0,74	0,61	1,43	1,11	1,32	1,04	2,63	2,27	0,88	1,11	7,00	6,14
Juros e gastos similares suportados	-1.190,29	-1.954,65	-2.576,63	-3.218,36	-4.445,93	-5.261,10	-4.578,14	-7.232,19	-2.009,83	-3.518,36	-14.800,82	-21.484,66
Resultado antes de impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto sobre rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	-5.655,17	-8.017,64	90.085,88	39.942,29	22.325,41	18.603,30	175.132,69	201.727,23	17.745,95	1.242,78	299.634,76	269.533,24

O Conselho de Administração

O CC nº 70715

televófono



Fundação Casa do Pessoal da
Segurança Social e Saúde

do Distrito de Aveiro

Entidade: Fundação Casa do Pessoal da Segurança Social e Saúde do Distrito de Aveiro

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2017

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		31-12-2017	31-12-2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRECTO			
Recebimentos de clientes e utentes		1.058.293,97	1.028.429,54
Pagamentos de subsidios			0,00
Pagamentos de apoios			0,00
Pagamentos de bolsas			0,00
Pagamentos a fornecedores		-413.481,59	-423.787,06
Pagamentos ao pessoal		-1.047.478,49	-994.577,84
Caixa gerada pelas operações		-402.666,11	-389.935,36
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros Pagamentos		-172.448,66	-288.763,41
Outros recebimentos		754.021,07	696.049,94
Fluxos de caixa das actividades operacionais(1)		178.906,30	17.351,17
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-22.315,14	-3.298,29
Activios Intangíveis			
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de :			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activios Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsidios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividadesde investimento(2)		-22.315,14	-3.298,29
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de :			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuizos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		7,00	6,14
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-67.569,57	-43.064,90
Juros e gastos similares		-14.800,82	-21.484,65
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento(3)		-82.363,39	-64.543,41
Variações de caixa e seus equivalentes(1+2+3)	4	74.227,77	-50.490,53
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no inicio do período	4	123.035,08	173.525,61
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	197.262,85	123.035,08

O Conselho de Administração

O CC nº 70715



Fundação Casa do Pessoal e S.S. Distrito de Aveiro
Segurança Social e Saúde
do Distrito de Aveiro

Entidade: Fundação Casa do Pessoal e S.S. Distrito de Aveiro
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2017

Notas	Descrição	Fundos Patrimoniais										Total	Interesses Minoritários	Total Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos Activos Financieros	Excedentes de Revalorização	Outras variações fundos patrimoniais	Resultado líquido período					
(1)	Posição no início do período 2016	0,00 €	0,00 €	83.676,22 €	1.278.725,48 €	0,00 €	0,00 €	19.131,56 €	0,00 €	294.563,95 €	0,00 €	1.636.097,21 €		
	Alterações no período													
	Primeira adopção de novo referencial contabilístico	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
	Alterações de políticas contabilísticas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
	Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
	Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
	Ajustamentos por impostos diferidos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
	Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
	(2)	Resultado líquido do período	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
(3)	Resultado Extensivo	0,00 €	0,00 €	14.728,19 €	1.258.725,48 €	0,00 €	0,00 €	5.318,93 €	269.533,24 €	0,00 €	1.548.305,94 €			
	(4 = 2+3)	0,00 €	0,00 €	14.728,19 €	1.258.725,48 €	0,00 €	0,00 €	5.318,93 €	269.533,24 €	0,00 €	1.548.305,94 €			
	Operações com Instituições no Período													
	Fundos	0,00 €	0,00 €	78.404,41 €	1.464.530,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.542.935,21 €			
	Subsídios, Doações e legados	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5.318,93 €	0,00 €	0,00 €	5.318,93 €			
	Outras operações	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €			
	(5)	Posição no fim do período 2016	0,00 €	0,00 €	78.404,41 €	1.464.530,80 €	0,00 €	0,00 €	5.318,93 €	269.533,24 €	0,00 €	1.817.787,38 €		
	(6 = 1+2+3+5)	0,00 €	0,00 €	78.404,41 €	1.464.530,80 €	0,00 €	0,00 €	5.318,93 €	269.533,24 €	0,00 €	1.817.787,38 €			
	(1)	Posição no início do período 2016	0,00 €	0,00 €	78.404,41 €	1.464.530,80 €	0,00 €	0,00 €	5.318,93 €	269.533,24 €	0,00 €	1.817.787,38 €		
	Alterações no período													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €			
Alterações de políticas contabilísticas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €			
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €			
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €			
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €			
Ajustamentos por impostos diferidos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €			
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €			
(2)	Resultado líquido do período	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €			
(3)	Resultado Extensivo	0,00 €	0,00 €	13.476,69 €	1.464.530,80 €	0,00 €	0,00 €	5.000,00 €	299.634,76 €	0,00 €	1.782.642,25 €			
	(4 = 2+3)	0,00 €	0,00 €	13.476,69 €	1.464.530,80 €	0,00 €	0,00 €	5.000,00 €	299.634,76 €	0,00 €	1.782.642,25 €			
	Operações com Instituições no Período													
	Fundos	0,00 €	0,00 €	91.881,10 €	1.720.587,35 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.812.468,45 €			
	Subsídios, Doações e legados	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5.000,00 €	0,00 €	0,00 €	5.000,00 €			
	Outras operações	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €			
	(5)	Posição no fim do período 2017	0,00 €	0,00 €	91.881,10 €	1.720.587,35 €	0,00 €	0,00 €	5.000,00 €	299.634,76 €	0,00 €	2.112.108,21 €		
	(6 = 1+2+3+5)	0,00 €	0,00 €	91.881,10 €	1.720.587,35 €	0,00 €	0,00 €	5.000,00 €	299.634,76 €	0,00 €	2.112.108,21 €			

O CC nº 70715

O Conselho de Administração

Retel - c - Ben
Presidente do Conselho de Administração
Presidente do Conselho de Administração
Presidente do Conselho de Administração



Fundação Casa do Pessoal da
Segurança Social e Saúde
do Distrito de Aveiro

[Handwritten signature]
BA.
Secur
[Handwritten signature]

Fundação Casa Pessoal da S.S.S. do Distrito Aveiro

Anexo ao BDR



Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	22
5	Ativos Fixos Tangíveis	22
6	Ativos Intangíveis	23
7	Locações.....	23
8	Custos de Empréstimos Obtidos.....	23
9	Inventários	25
10	Rédito.....	25
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	26
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	26
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio.....	26
14	Imposto sobre o Rendimento	26
15	Benefícios dos empregados	27
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	28
17	Outras Informações	28
17.1	Acontecimentos após data de Balanço.....	35



1 Identificação da Entidade

1.1- Denominação da Entidade :

-Fundação Casa do Pessoal da Segurança Social e Saúde do Distrito de Aveiro com o NIPC 509 268 749 , Instituição particular de Solidariedade Social (IPSS) “

1.2- Sede: Rua Drº Alberto Souto nº 5 r/ch, 3800-301 Aveiro

1.3- Natureza da atividade:

A Fundação Casa do Pessoal da Segurança Social e Saúde do Distrito de Aveiro é uma instituição particular de solidariedade social (IPSS), sem fins lucrativos, com sede na Rua Drº Alberto Souto nº 5 r/ch 3800-301 Aveiro, teve o seu início de atividade a 01/04/2010 e a sua atividade principal insere-se no CAE 94995-Outras Atividades, a Instituição tem ainda como CAES secundários os seguintes:

87301- Atividades de apoio social a pessoas idosas com alojamento;

88101- Atividades de apoio social a pessoas idosas sem alojamento;

88910- Atividades de cuidados para crianças sem alojamento.

A sua atividade é exercida nos Equipamento sociais: – **Centro Integrado**, com Creche, Lar de Idosos, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário, que se situa na Rua Quinta do Casal, 4 - 3810-Aveiro, a na - **Creche Eng.º António Pascoal**, construída ao abrigo do P.O.F.D.S.- Programa Operacional Formação e Desenvolvimento Social, medida 5.6, , sita na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, nº153, Aveiro.

O seu objetivo é a prossecução de atividades de carácter social, que se regerá pelas disposições legais e aplicáveis e pelos seus estatutos.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;

- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)
- As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.
- 2.2 - Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.
- 2.3 - As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2016, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas de forma consistente com o período corrente, sendo comparáveis com as quantias do período findo em 31 de Dezembro de 2017.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.



3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.
- Os bens do património histórico, artístico e cultural não são depreciados

Principais pressupostos relativos ao futuro

- As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade.
- As perspetivas existentes para o futuro e para a continuidade das operações baseiam-se no conhecimento e acontecimentos passados. Não se prevê, num horizonte temporal de curto/médio prazo qualquer alteração, legislativa ou relacionada com a atividade exercida, que possa pôr em causa a validade dos pressupostos atuais e portanto não é expectável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período de relato.



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Principais fontes de incerteza das estimativas

- As estimativas com impacto nas demonstrações financeiras da Instituição são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa dos membros do órgão de gestão, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada, o enquadramento atual e as expetativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.
- Os eventos futuros poderem vir a alterar as estimativas efetuadas, pelo que nesse momento as mesmas serão alteradas de forma prospetiva .

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 – Alterações nas políticas contabilísticas

Não existiram alterações nas políticas contabilísticas

3.2.2-Alterações nas estimativas contabilísticas

Quando a aplicação de uma disposição desta Norma tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, salvo se for impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros, uma entidade deve divulgar apenas nas demonstrações financeiras do período corrente, não houve alterações nas estimativas contabilistas da

3.2.3 - Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	3 anos
Programas de Computador	3 anos
Propriedade industrial	3 anos
Outros Ativos Intangíveis	3 a 10 anos

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.4 - Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:



[Handwritten signature]
B. J. J. J.

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	Sem vida útil definida
Edifícios e outras construções	25 a 30
Equipamento básico	12 a 15
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	4
Equipamento administrativo	3 a 12
Outros Activos fixos tangíveis	4 a 6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.5 -Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo.

São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.6 -Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.7- Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.8 -Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

Como fórmula de custeio dos inventários a entidade adota o método do FIFO- Primeira entrada, primeira saída

	Ano 2017			Ano 2016		
	Qta Bruta	Perdas p/Imp.	Qta Liq.	Qta Bruta	Perdas p/Imp.	Qta Liq.
Mercadorias	817,00	0.00	817,00	817,00	0.00	817,00
Matérias-primas, Subs.Consumo	4.313,50	0.00		6.850,02	0.00	6.850,02
Produtos Acab.e interm.	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Adin.Conta Compras	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

Valores em euros

A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período;

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

	Ano 2017			Ano 2016		
	Merc.	MP, Sub e consumo	Total	Merc.	MP, Sub e consumo	Total
Saldo inicial	0.00	6.850,01	6.850,01	0.00	4.237,99	4.237,99
Compras	0.00	192.789,58	192.789,58	0.00	201.711,99	201.711,99
Regularizações	0.00	-31.115,00	-31.115,00	0.00	-31.752,25	-31.752,25
Saldo final	0.00	4.313,50	4.313,50	0.00	6.850,01	6.850,01
C.M.V.M.C	0.00	164.211,09	164.211,09	0.00	167.347,72	167.347,72

3.2.9 - Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;



[Handwritten signature]
J. J. J. J.

- Alterações no risco segurado;
- Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Lista de Doadores da Instituição em 2017:

Doadores	Número Contribuinte	Valor
APH- Artigos hospitalares	505 847 019	5,99
Lenadais- material médico, lda	505 183 242	18,75
LSmedicall	509 187 323	18,32
Litoral Frutas	502 316 527	65,35
Sérgio Miguel Monteiro Tavares	216 619 033	15,00
Aveilift	507 220 080	300,00
TOTAL		423,41

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Ativos financeiros

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.



Instituição tem os seguintes ativos financeiros:

	Ano 2017			Ano 2016		
	Qta Bruta	Imparidade	Qta Escrit.	Qta Bruta	Imparidade	Qta Escrit.
Activos financeiros:						
Caixa	880,00	0.00		880,00	0.00	880,00
Depósitos á ordem		0.00		41.155,08	0.00	41.155,08
Clientes	233.345,93	1.947,09	231.398,84	231.637,08	209.95	231.427,13
Outras contas a receber	2.399.312,03	0.00	2.399.312,03	2.205.545,06	0.00	2.205.545,06
Estado O. E. Públicos	5.420,60	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

	2017	2016
Numerário	880,00	880,00
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	124.882,85	42.035,08
Aplicações de tesouraria	71.500,00	81.000,00
Caixa e seus equivalentes	197.262,85	123.035,08

Clientes,

-A conta clientes apresentam um saldo de 233.345,93€, sendo que o montante de 212.971,70€ que diz respeito a um contrato de prestação de serviços vitalício celebrado a 29/10/2012 e firmado com o utente Sr^o António Ratola de Oliveira no valor total de 239.500,00€, conforme escritura de Dação em cumprimento datada de 17/12/2012.o restante 20.374,23€ diz respeito ao saldo de clientes conta corrente

-Em 2017 foi reconhecida uma perda por imparidade de clientes no montante de 1.947,09€, referente a clientes de cobrança duvidosa.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 a decomposição da rubrica clientes de cobrança duvidosa cujas faturas se encontram vencidas com significativa antiguidade é como segue:

Código	Cliente	Débito	Mora (meses)
23	Lidia da Silva Lemos	1 874.48 €	41 meses
86	José Neves de Melo	323,85€	42 meses
25403	Manuel Nunes dos Santos	487,00€	57 meses
25425	Maria de Lurdes J.S.Pereira	713,00€	60 meses
25482	Arménio Rodrigues	379,52€	36 meses
27061	Lurdes Vitória Lima	558.00 €	57 meses
28007	Marli Tatiana Oliveira Costa	789.50 €	41 meses
28037	Martim Sousa Neves	571.95 €	36 meses
28058	Carlota Sofia Capela	1.652.37 €	27 meses
28075	Beatriz Alexandra Capela	1.711,52€	36 meses
29005	Laurinda de Jesus Caniço	510,85€	40 meses
119	Maria Assunção Pereira	1.677,91€	30 meses
27087	Lucas de Castro Neves	795,60€	29 meses
28093	Sofia Catarina Esteves e Silva	967,90	15 meses
28094	Alice de Oliveira Rebelo Jesus Pereira	364,60	17 meses
28110	Miguel de Oliveira Rebelo Jesus Pereira	306,30	17 meses
	Total	13.684,35€	

Outras contas a receber:

-O valor apresentado na rubrica de outras contas a receber, valor de 2.399.312,03€ diz respeito a pagamentos que efetuamos ao CSCDA513 referentes a Juros e amortizações do empréstimo realizado no banco BIC referente ao equipamento social, Centro Integrado, sendo transferido em 2017 o valor de 166.600,00€. O montante de 22.321,84€ diz respeito á amortização do empréstimo da Creche Eng^a António Pascoal, sendo que a titularidade deste contrato de empréstimo continua em nome do CSCDA513, no entanto o débito da prestação mensal é debitado na conta bancária da Fundação.

O valor de 25.121.10€ diz respeito a um empréstimo efetuado ao CCD513.

O valor de 20.407,63€ diz respeito ao valor do último pagamento referente ao PARES I – Candidatura nº 546, cujo débito esta refletido nas contas do CSCDA513 mas o recebimento foi na Fundação, aquando da extinção do CSCDA513 esta conta fica regularizada.

-O montante de 657,83€ diz respeito a gastos a reconhecer, despesas pagas em 2017 e que se reportam a gastos de 2018 e valor de inventário referente a material de escritório e material



de higiene, cuja aquisição foi em 2017 e o consumo será efetuado em 2018, o valor de 1.501,55€ diz respeito a seguros pagos em 2017, mas referentes a 2018, aplicabilidade do regime de acréscimo (periodização económica).

Passivos financeiros:

	Ano 2017			Ano 2016		
	Qta Bruta	Imparidade	Qta Escrit.	Qta Bruta	Imparidade	Qta Escrit.
Fornecedores	55.233,49		55.233,49	46.694,31	0.00	46.694,31
Adiantamento clientes	4.480,54		4.480,54	3.914,83	0.00	3.914,83
Financiamentos obtidos	67.569,57		67.569,57	65.274,22		65.274,22
Outras contas a pagar	158.140,45		158.140,45	127.965,62		127.965,62
Estado O.E. Públicos	28.724,20		28.724,20	23.026,99		23.026,99

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

-A conta de adiantamento a clientes no montante de 4.480,54€ diz respeito a créditos efetuados a alguns utentes e que serão descontados no próximo pagamento.

Amortização empréstimo anual -67.569,57€

No âmbito das linhas de crédito de apoio à Economia Social I e II foi acordada a prorrogação de prazo de duração destas Linhas, conforme acordo celebrado entre o IGFSS e a CEMG, assim sendo em Novembro de 2014, foi assinado um aditamento ao contrato de mútuo prorrogando o prazo do contrato para 82 meses, com amortização em 60 prestações mensais e com período de carência de 22 meses.

Outras contas a pagar:

-Outras contas a pagar apresenta um saldo de 158.504,11€, o valor de 136.000,86€ diz respeito á conta de acréscimos de gastos referente aos encargos com férias e subsídio de férias que irão ser pagas em 2018.

Diferimentos:

-A conta de rendimentos a reconhecer, no valor de 160.441,50€ diz respeito á contabilização do contrato de prestação vitalício celebrado com um utente, que vai diminuir anualmente por contrapartida da mensalidade debitada.

- A conta Estado O. E. Públicos reflete um saldo de 28.724,20€ referente a contribuições a pagar á segurança Social, IRS de trabalho dependente e independente referente a 2017 e apagar em Janeiro de 2018.

3.2.9 - Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

	Reservas	Resultados Transitados	Variação fundos patrimoniais	Total
Saldo inicial em 31/12/2016	78.404,41	1.464.530,80	5.318,93	1.548.254,14
Adições	13.476,69	269.533,24	0.00	283.009,93
Alienações	0.00	0.00	-318,93	0.00
Saldo final em 31/12/2017	91.881,11	1.720.587,35	5.000,00	1.817.468,46

3.2.10 - Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a



Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Não aplicável

3.2.11 - Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

-Foi obtido um Crédito ao Investimento ao abrigo da linha de crédito á economia social no montante de 500.000,00€ através do Banco Montepio Geral, cujas condições do referido financiamento estão celebradas no contrato de mútuo nº189.36-000068-2.

Finalidade Empréstimo	Instituição Bancária	Data da Constituição	Prazo Amortização	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016
Crédito ao Investimento	Montepio Geral	Dezembro 2012	82 meses	389.365,53	456.935,10

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

Não aplicável

3.2.12 - Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.



Handwritten signatures and initials, including "JL", "31", and "Jeon or".

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: "A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou

impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

Não aplicável

Bens do património histórico, artístico e cultural

Não aplicável

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Terrenos	Edif.O.Const	Eq. Básico	Eq.Transp.	Eq. Adm	Total
Saldo em 31/12/2016	36.500,00	25.556,05	45.368,12	54.421,40	10.189,84	170.035,41
Aquisições	0.00	13.849,19	6.354,16	0.00	2.311,17	22.394,52
Revalorizações	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Alienações	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Saldo em 31/12/2017	36.500,00	39.405,24	51.722,28	54.421,40	12.501,01	194.727.05

Valores em euros

**Depreciações e Perdas por Imparidade acumuladas**

	Edif.O.Const.	Eq.Basico	Eq.transp.	Eq.Administ.	Total
Saldo em 31/12/2016	23.242,44	29.625,35	40.816,05	9.957,36	103.641,20
Deprec. do Exercic.	1.770,53	4.635,07	13.605,35	1.527,56	24.261,50
Alienações	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Saldo em 31/12/2017	25.012,97	34.260,42	54.421,40	11.484,92	127.902,70

6 Ativos IntangíveisBens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes "Ativos Intangíveis" do domínio público:

Não aplicávelOutros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Programas de Computadores	Total
Saldo em 31/12/2016	10.220,00	10.220,00
Adições	138,38	138,38
Alienações	0.00	0.00
Saldo final em 31/12/2017	10.358,38	10.358,38

	Amortizações e perdas de imparidade acumuladas	Total
Saldo em 31/12/2016	5.219,79	5.219,79
Amortizações do período	2.545,87	2.545,87
Saldo final em 31/12/2017	7.765,66	7.765,66

7 Locações

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

Não Aplicável

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Dados do Crédito

Finalidade: Crédito ao Investimento

Montante do Empréstimo: 489.486,12 €

Prémio de Seguro: 0,00 €

Periodicidade de Reembolso: Mensal

Tipo de Reembolso: Prestações Constantes

Prazo do Contrato: 77 meses

Período de Carência: 0 meses

Taxas

Tipo de Taxa: Indexada

Indexante: -0,1450 %

Spread: 2,7500 %

Taxa Nominal: T.A.N. (EURIBOR-6 MESES + Spread de 2,7500 %): 2,6050 %

TAE: 2,6363 %

Mês/Ano	Capital (Fim mês)	Juro	Amortização Prestação	Prestação
Janeiro 2017	451.014,47	991,09	5.531,77	6.522,85
Fevereiro 2017	445.470,70	979,08	5.543,78	6.522,85
Março 2017	439.914,89	967,04	5.555,81	6.522,85
Abril 2017	434.347,02	954,98	5.567,87	6.522,85



Maio 2017	428.767,06	942,89	5.579,96	6.522,85
Junho 2017	423.174,99	930,78	5.592,07	6.522,85
Julho 2017	417.570,77	918,64	5.604,21	6.522,85
Agosto 2017	411.954,40	906,48	5.616,38	6.522,85
Setembro 2017	406.325,83	894,28	5.628,57	6.522,85
Outubro 2017	400.685,04	882,07	5.640,79	6.522,85
Novembro 2017	395.032,01	869,82	5.653,03	6.522,85
Dezembro 2017	389.366,70	857,55	5.665,30	6.522,85

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

	Ano 2017			Ano 2016		
	Qta Bruta	Perdas p/Imp.	Qta Liq.	Qta Bruta	Perdas p/Imp.	Qta Liq.
Mercadorias	817,00	0.00	817,00	817,00	0.00	817,00
Matérias-primas, Subs.Consumo	4.313,50		4.313,50	6.850,02	0.00	6.850,02
Produtos Acab.e interm.	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Adin.Conta Compras	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

Valores em euros

9.1- A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período;

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

	Ano 2017			Ano 2016		
	Merc.	MP, Sub e consumo	Total	Merc.	MP, Sub e consumo	Total
Saldo inicial	0.00	6.850,01	6.850,01	0.00	4.237,99	4.237,99
Compras	0.00	192.789,58	192.789,58	0.00	201.711,99	201.711,99

Regularizações	0.00	-31.115,00	-31.115,00	0.00	-31.752,25	-31.752,25
Saldo final	0.00	4.313,50	4.313,50	0.00	6.850,01	6.850,01
C.M.V.M.C	0.00	164.211,09	164.211,09	0.00	167.347,72	167.347,72

Valores em euros

10 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	0,00	20.001,60
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	1.040.451,33	1.000.018,63
Quotas e joias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	7,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	1.040.458,33	1.020.020,23

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentesProvisões**Não aplicável**Passivos contingentes

“Relatar os passivos contingentes existentes, bem como os efeitos que podem ter e quais as incertezas que o mesmo acarreta, devendo ser indicado se existe a possibilidade de haver um exfluxo associado ao referido passivo contingente.”

Ativos contingentes

“Descrever quais os ativos contingentes existentes e que efeitos estes podem ter”

Não aplicável**12 Subsídios do Governo e apoios do Governo****Ano 2017**

	Natureza	Montante Total	Montante Recebido	Fundo Patrimonial	Rédito Período	Rédito Acumula.
Subsídios exploração	à Compartici pações	748.123,54	748.123,54		748.123,54	0.00



Fundação Casa do Pessoal da
Segurança Social e Saúde
do Distrito de Aveiro

	ISS,IP					
Subsídios	à Subsidio	2.226,71	2.226,71		2.226,71	0.00
exploração	IEFP					

Os subsídios relacionados com rendimentos imputam-se ao rendimento do período, salvo se se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como “Subsídios à exploração” na demonstração dos resultados.

12.1 - Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades

Não aplicável

13-Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável

14-Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável

15 Benefícios dos empregados

15.1 - Número médio de empregados durante o ano

	2017	2016
Número médio de empregados	82	82

15.2 -Compromissos existentes em matérias de pensões

Não aplicável

- 15.3 -Membros dos órgãos de administração, de direcção ou de supervisão

Composição dos órgãos sociais da Instituição:

CONSELHO GERAL

Função	Nome
Presidente	António Celestino Pereira de Almeida
Vogal	Vitor Manuel Aguiar Gomes
Vogal	Mario Castelhana
Vogal	Maria Helena Ferreira de Carvalho Pereira

Vogal	Maria Odete Jubero Belo Cardoso Martins Oliveira
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Função	Nome
Presidente	José Diegues de Carvalho
Tesoureiro	Ilídio da Silva Borges
Secretário	António Francisco Lopes Oliveira
Vogal	Manuel Pereira Cabral Monteiro
Vogal	Maria Leonor Oliveira
CONSELHO FISCAL	
Função	Nome
Presidente	Alcindo Manuel Seabra Nascimento
Vogal	Lúcia Maria Silva Falcão Ribeiro
Vogal	Rui Jorge G. Rocha Maio Macário

O número de membros do órgão diretivo, são 5, um presidente, 1 tesoureiro, 1 secretário e 2 vogais.

c) - Remunerações dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão

De acordo com o capítulo quarto, artigo vigésimo (Gratuidade dos cargos), dos Estatutos da Associação, os órgãos diretivos não são remunerados.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	841.805,69	747.383,78
Remunerações adicionais	78.092,47	62.744,37
Indemnizações	9.680,10	1.664,49
Encargos sobre as Remunerações	182.647,88	170.691,88
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	10.666,56	9.569,39
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	3.042,61	2.891,76
Total	1.047.846,32	994.945,67



16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

Número Médio de Utentes:

Respostas Sociais	2017	2016
Creche Eng ^o António Pascoal	32	32
Creche Centro Integrado	35	34
ERPI	70	70
Centro de Dia	18	20
Serviço Apoio Domiciliário	36	35
Total	191	191

Estrutura de gastos;

- Discriminação e comentário aos principais gastos e rendimentos

GASTOS

Custos das matérias-primas consumidas e matérias de consumo

Rubricas	2017	2016
Géneros alimentares	139.061,39	144.064,76
Materiais consumos diversos	25.149,70€	23.282,96
Total	164.211,09	167.347,72

Valores em euros

- A conta de géneros alimentares teve uma diminuição face ao ano anterior de 5.003,37€.
- A conta de materiais diversos, inclui tudo o que é material médico e teve um aumento face ao ano anterior de 1.866,74€

■ Fornecimentos e serviços externos

Rubricas	2017	2016
Eletricidade	60.710,90	62.090,06
Combustíveis	9.471,04	8.555,86
Água	13.757,38	14.944,78
Outros Fluidos - Gás	16.699,72	21.111,99
Ferramentas e utensílios	3.631,96	2.820,04
Material de Escritório	3.301,39	3.767,02
Artigos p/ ofertas	140,00	220,00
Rendas e Alugueres	5.410,14	3.434,14
Comunicação	5.552,99	5.439,66
Deslocações e estadas	3.548,00	3.155,40
Honorários	33.766,69	33.070,20
Outros materiais	5.989,81	940,85
Conservação e Reparação	14.520,10	21.127,47
Limpeza, Higiene e Conforto	38.851,64	29.803,58
Trabalhos Especializados	15.046,64	11.768,53
Vigilância e segurança	435,12	456,95
Seguros	7.898,29	6.928,09
Outros Fornecimentos e Serviços	9.735,18	9.144,09
TOTAL	248.466,99	238.778,71

Valores em euros

-A rubrica eletricidade apresenta um valor de 60.710,60€ uma diminuição face ao ano anterior de 2,22% (-1.379,16€).

-A rubrica rendas e alugueres diz respeito á renda anual de utilização da fotocopiadora, celebrado no âmbito de um contrato de leasing com a GRENKE, e ao aluguer do Touch Mobile Box- dispositivo de controle de acessos.



Fundação Casa do Pessoal da
Segurança Social e Saúde
do Distrito de Aveiro

-A rubrica Água apresenta um valor de 13.7587,38€ uma diminuição face ao ano anterior de 7,94% (-1.187,40€).

-A rubrica de gás apresenta um valor de 16.699,72€ uma diminuição face ao ano anterior de 20,90% (-4.412,27€).

-A rubrica conservação e reparação apresenta uma diminuição de 31,946% (-6.815,24€) relativamente a 2016, a grande diferença é na conservação e reparação de equipamento, como refere lista abaixo:

	2017	2016
Viatura 78-07-JJ	531,82	372,53
Viatura 61-32-RS	716,80	1.992,75
Viatura 93-38-UN	538,07	360,77
Viatura 19-68-ZS	833,12	762,28
Viatura 81-AF-18	554,19	584,44
Viatura 74-CQ-23	30,70	39,15
Viatura 38-PG-43	1.870,99	1.283,27
Viatura 07-PG-55	200,00	0,00
Instalações	7.371,13	4.498,34
Equipamentos	1.873,28	11.306,54
Gerador	0,00	135,27
TOTAIS	14.520,10	21.335,34

Valores em euros

- A conta honorários apresenta o valor de 33.766,69€ que corresponde a um ligeiro aumento face ao ano anterior de 2,10%(+696,49€) conforme descrimina em tabela abaixo;

	2017	2016
Advocacia	4.305,00	5.166,00
Guarda Noturno	0,00	300,00
Cabeleireiro	2.548,50	2.666,00
Enfermagem	7.278,69	4.993,20
Atividade física	1.885,00	3.480,00
Clínica Geral	11.800,00	10.560,00
Motorista	169,00	1.100,00
Nutricionista	0,00	500,00

Serviço Jardim	90,00	0.00
Yoga	875,00	0.00
Serviços Manutenção	4.735,50	4.305,00
TOTAIS	33.766,69	33.070,20

Valores em euros

-A rubrica Outros Materiais apresenta o valor de 5.989,81€ um aumento muito elevado face ao ano conforme descrito em tabela abaixo:

Outros materiais	2017	2016
Babets	715,57	750,30
Bibes/Bonés	357,18	-210,46
Lençóis e toalhas	3.801,31	0.00
Brinquedos	1.037,75	354,64
Outros materiais	0.00	46,32
Totais	5.989,81	940,75

Valores em euros

-A rubrica seguros apresenta um valor de 7.898,29€ um aumento face ao ano anterior de 29%, (-1.820,30€), conforme verificamos em tabela anexa:

Seguros	2017	2016
Multirriscos	3.928,86	3.299,52
Escolar	260,88	256,73
Acidentes pessoais	70,63	59,04
Seguro Equipamento - Fotocopiadora	196,24	244,56
Viatura 07-PG-55	421,45	38,76
Viatura 38-PG-43	590,20	54,4
Viatura 78-07-JJ	246,50	166,68
Viatura 61-32-RS	216,85	85,44
Viatura 93-38-UN	1.168,30	1.088,90
Viatura 19-68-ZS	211,75	203,5
Viatura 81-AF-18	385,05	201,76
Viatura 74-CQ-23	397,82	378,65
Totais	7.898,29	6.077,94

Valores em euros



Fundação Casa do Pessoal da
Segurança Social e Saúde
do Distrito de Aveiro

- O valor de 9.735,18€ que consta da rubrica outros fornecimentos e serviços apresenta um aumento de 591,09€ face ao ano de 2016 diz respeito aos seguintes custos;

Outros Serviços	2017	2016
Portagens	247,32	569,95
Jornais e revistas	362,00	350,00
Material didático	2.412,95	1.763,98
Estacionamentos	1,00	3,45
Medicamentos	34,77	16,38
Serviços diversos	1.692,89	146,83
Aulas mobilidade geral	720,00	1.800,00
Bilhetes espetáculos	201,25	0,00
Aulas de Musica	4.063,00	4.465,50
Total	9.735,18	9.144,09

Valores em euros

■ Gastos com o pessoal

Gastos com o pessoal	2017	2016
Remunerações do pessoal	841.805,69	810.128,15
Encargos sobre remunerações	182.651,36	170.691,88
Indemnizações	9.319,70	1.664,49
Seguro de Acidentes de trabalho	10.666,56	9.569,39
Outros gastos com o pessoal	3.042,61	2.891,76
TOTAL	1.047.846,32	994.945,67

Valores em euros

-A rubrica, Outros Gastos com o Pessoal no valor de 3.042,61€ refere-se a gastos com medicina no trabalho (2.259,00€), formação profissional (85,00€), bolsa de estágio 575,80€ e Fardamento (122,81€).

■ Outros gastos e perdas

Rubricas	2017	2016
Taxas	895,62	1.317,30
Correcções relativas a exercícios	187,84	50,05

anteriores		
Multas e penalidades	0.00	617.00
Quotizações	90,00	40.00
Outros acertos	0.00	13.21
TOTAL	1.173,46	2.037,56

Valores em euros

-Foram pagos 895,62€ em taxas, tais como: taxa licença de elevadores, taxa de justiça, taxa serviço utilização de equipamento, referente ao contrato de leasing do fotocopador e taxa de ruído.

- A rubrica correções relativa a períodos anteriores diz respeito a correções de contas correntes referentes a 2016.

-A rubrica outros acertos diz respeito a correções efetuadas às contas dos utentes, cujo débito foi indevidamente lançado.

-A rubrica quotizações dizem respeito ao pagamento de quotas á UDIPSS.

■ Gastos e perdas de financiamento

Rubricas	2017	2016
Juros de Financiamentos	12.244,58	18.364,87
Juros de mora e compensatórios	79,25	1.900,63
Serviços Bancários	2.476,99	1.219,15
TOTAL	14.800,82	21.484,65

Valores em euros

- A rubrica Juros de financiamentos diz respeito aos juros pagos referente ao empréstimo de 500.000,00€ contraído no Montepio Geral.

RENDIMENTOS

■ Vendas e Prestações de Serviços

Rubricas	2017	2016
Vendas	0.00	20.001,60
Prestação de serviços	1.040.235,33	1.000.018,63
TOTAL	1.040.235,33	1.020.020,23

Valores em euros

-O valor das prestações de serviços no montante de 1.040.235.33€ diz respeito aos diversos serviços que prestamos aos utentes, sendo o montante mais elevado referente á mensalidade dos utentes das seguintes valências como se segue.



Valências	Mensalidades	
	2017	2016
Creche Eng ^o António Pascoal	75.855,27	76.029,76
Creche CI	71.855,00	69.087,84
ERPI	740.945,64	717.526,90
Centro Dia	78.076,84	75.429,04
SAD	73.502,58	61.945,09
TOTAL	1.040.235,33	1.000.018,63

Valores em euros

■ Subsídios, doações e legados

Rubricas	2017	2016
Comparticipação ISS, IP	748.123,54	674.549,69
Subsídio do IEPF	2.226,71	3.056,72
TOTAL	750.350,25	677.606,41

Valores em euros

-O subsídio atribuído pelo IEPF diz respeito ao encerramento de um contrato CEI (contrato emprego – inserção) no valor de 226,37€ e o montante de 2.000,34€ a um adiantamento de uma medida estágio de inserção na área da agricultura e jardinagem.

■ Outros Rendimentos e Ganhos

Rubricas	2017	2016
Rendimentos suplementares	422,97	395,25
Desconto pp obtidos	2.152,33	2.584,64
Imputação subsídios ao Investimento	0,00	4.611,25
Restituição impostos	5.752,95	4.454,72
Donativos	494,01	8.776,19
Reembolsos consignação IRS	2.050,84	2.751,11
Estorno seguro	0,00	31,49
Outros Serviços	663,04	286,49
TOTAL	11.536,14	23.891,14

- A rubrica rendimentos suplementares diz respeito á receita da máquina de café, rendimento devido á celebração de um contrato com a Sercial Vending, SA onde ficou estabelecido que 7% do valor da receita da máquina, reverte a favor da Instituição.
- A rubrica restituição de impostos diz respeito ao reembolso de 50% do Iva referente á aquisição de alguns equipamentos, e a 50% de restituição de Iva dos produtos alimentares.
- O valor referente aos descontos pronto pagamento refere-se ao rappel anual contratualizado com Os fornecedores.
- A rubrica donativo apresenta um valor de 494,01€ um valor bastante inferior ao ano de 2016

17.1-Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

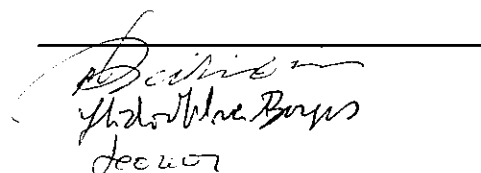
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho Administrativo.

Aradas, 17 de Março de 2018

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração





Fundação Casa do Pessoal da
Segurança Social e Saúde
do Distrito de Aveiro

[Handwritten signature]
B.
Jec 11/07
[Handwritten signature]

RELATÓRIO ECONOMICO-FINANCEIRO 2017



Fundação Casa do Pessoal da
Segurança Social e Saúde
do Distrito de Aveiro

[Handwritten signature]
M. Leonor
[Handwritten signature]

INDÍCE

1. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA	3
2. INVESTIMENTOS	3
3. RECURSOS HUMANOS	4
4. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	5
5. CONCLUSÃO	12



Fundação Casa do Pessoal da
Segurança Social e Saúde
do Distrito de Aveiro

[Handwritten signature]
2009

1. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

O Presente relatório tem como finalidade apresentar a evolução e acompanhamento da actividade desenvolvida, comparando-a com o mesmo período homólogo. Como podemos verificar pela análise das demonstrações financeiras a Instituição apresentou um crescimento face ao ano anterior de 2%.

2. INVESTIMENTOS

O ano de 2017 apresenta um crescimento nos investimentos em relação ao ano anterior de 52,47%.

Lista de equipamento adquirido:

Edifícios e Outras Construções

Placas Identificativas Terrenos	177,12
Porta de Abrir de Alumínio	549,02
Chuveiros de mão e reguladores	4.284,27
Obras na CEAP	9.015,90
Total	18.391,02

Equipamento básico:

Passevit Industrial Tellier M530	202,95
Aparelho Tensão Omrom M31	62,56
Nebulizador Omrom Air C28	67,55
Aspirador ACD610R700	47,62
Alteador Sanita 3 níveis TSI	178,37

Mobiliário- Cama articulada Grande	871,16
Mobiliário - Camas articuladas	4.143,88
Colchões Hospitalares	299,19
Mini forno Flama 1545-FL	79,00
Aspirador Tristar SZ1920	52,89
Televisão LG TV Led HD 28-32"	189,00
Ferro com Caldeira Easy STE	129,99
Total	6.324,16

Valores em euros

Equipamento Administrativo:

Servidor HP Proliant ML30 Gen9	2.311,17
Software F3m - Modulo NL	138,38
Total	2.449,55

Valores em euros

3 - RECURSOS HUMANOS

	2017	2016
Número médio de empregados	82	82

A Instituição apresenta um número médio de 82 colaboradores o que representa na estrutura de gastos um peso de 69,73%.



[Handwritten signature]
J. J. J. J.
J. J. J. J.

Estrutura de Gastos com o Pessoal

	2017	2016
Gastos com o pessoal	1.047.846,32	994.945,67

Valores em euros

- O ano de 2017 evidencia-se por um aumento dos gastos com o pessoal em cerca 52.900,65€ o que representa 5.32% da estrutura de gastos com o pessoal.
- Foi atribuído em Janeiro de 2017 o aumento do salário mínimo nacional de 530€ para 557,00€ a 40 colaboradores, o que implica um aumento anual dos custos com o pessoal de 18.446,40.
- De acordo com o BT nº 39 de 22/10/2017 foi feita a atualização salarial de todas as categorias com efeitos retroativos a julho de 2017, no valor de 10.704.89€
- Foram pagos mais 6.872,85€ de horas extra.
- Houve um aumento dos Seguros de Acidentes de Trabalho de 1.097,17€.
- Foram Pagos 16.865,69€ de custos c/ demissões, Indeminizações proporcional de férias, sub. férias e sub. natal, devido á saída de 16 colaboradores, 13 contrato de substituição e 3 colaboradores efectivos

3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

No estudo da situação económico-financeira começamos por analisar as demonstrações financeiras, tais como o Balanço, Demonstração de Resultados e Demonstração dos Fluxos de Caixa.

BALANÇO

O balanço é um documento contabilístico que expressa a situação patrimonial de uma Entidade num determinado momento geralmente o ano. Este documento permite comparar o activo (bens

que a empresa possui assim como o dinheiro que tem e as dívidas de terceiros), com o passivo ou capital alheio (o que a empresa deve a terceiros, quer seja empréstimos bancários, responsabilidades para com o Estado, dívidas a fornecedores, etc.) A diferença entre o que tem e o que deve é designada de Situação líquida composta pelo Fundo patrimonial. Numa óptica financeira, o activo corresponde às aplicações de fundos ou investimento. Estes bens e direitos da Instituição são financiados quer por Fundos Patrimoniais, quer por capitais alheios (Empréstimos Bancários). Por isso, também se designa o 2º membro do balanço como origens de fundos ou financiamento.

Na análise ao balanço e a alguns indicadores financeiros, são considerados também as demonstrações financeiras do CSCDA513 em algumas das suas rubricas uma vez que o património e os encargos financeiros referentes ao edifício do Centro Integrado e à Creche Engº António Pascoal ainda são titularidade do CSCDA.

Os rácios são fundamentais para o conhecimento da situação e evolução económico-financeira de uma Entidade ao longo do tempo, servem também para perceber a sua evolução futura. É a técnica mais utilizada pela análise financeira e serve como um instrumento de apoio para sintetizar uma enorme quantidade de informação, e comparar o desempenho económico-financeiro das entidades ao longo do tempo.

<u>Rácios Financeiros</u>	2017	2016	2015
Autonomia financeira	30.68%	30,21%	30,70%
Endividamento	41,38%	39,66%	39,19%
Solvabilidade	82,99%	75,90%	78,33%
Rotação do Activo	14,00%	14,11%	14,06%
Cobertura dos encargos financeiros	48,10%	56,00%	47,51%
Liquidez Geral	1,09	1,13	1.03
Liquidez reduzida	1.09	1,12	0.94



Fundação Casa do Pessoal da
Segurança Social e Saúde
do Distrito de Aveiro

[Handwritten signature]
M. J. J. J.
J. J. J. J.

Liquidez Imediata	0.07	0.05	0.07
Prazo médio pagamento	48	44	38
Prazo médio de recebimentos	7	6	5

O **Rácio de autonomia financeira** é um rácio financeiro que mede a solvabilidade da Instituição através da determinação da proporção dos activos que são financiados com os fundos patrimoniais. Como verificamos pelo quadro de rácios financeiros no ano de 2017 apresenta um ligeiro aumento em relação ao ano anterior.

Quanto mais elevado for este rácio maior é a estabilidade financeira da Instituição.

O **Rácio de solvabilidade** mede a proporção entre os fundos patrimoniais e o passivo que são os meios para fazer face aos compromissos a médio e longo prazo (incluindo dívidas e respectivos juros, despesas respectivas a obrigações assumidas, em 2017, apresenta um aumento de 7,09% em relação a 2016, justificado pela aumento dos Fundos patrimoniais, não pondo em causa a estabilidade financeira da Instituição.

O **Rácio de endividamento** mede se uma Instituição é muito ou pouco endividada, ou seja, se usa muito ou pouco capital de terceiros, o nosso endividamento é de 41,38%, ainda é elevado, isto significa que a Instituição financia-se com 41,38% de capitais alheio.

O **Rácio rotação do activo** é o rácio que indica o grau de utilização dos activos, em 2017 este rácio apresenta um valor de 14%, uma ligeira diminuição em relação ao ano anterior, o que não é muito significativo evidenciando que os recursos da instituição estão subutilizados.

O **Rácio cobertura dos encargos financeiros** mede o grau com que a actividade de exploração consegue cobrir os encargos financeiros, ou seja os encargos financeiros tem um peso nos resultados operacionais de 48,1% valor ainda significativo, apresenta uma diminuição face a 2016 de 7,90%, devido á diminuição das taxas Euribor.

O Rácio de Liquidez Geral, mostra que a Instituição tem a capacidade para honrar os seus compromissos em curto prazo. Este rácio mostra-nos a capacidade que a Instituição tem para solver os seus compromissos de curto prazo, isto é, activos que se espera que sejam convertidos em liquidez num período semelhante ao das responsabilidades. Quando o seu valor é superior a um, é frequentemente assumido que a uma entidade possui uma boa situação financeira no curto prazo. Há no entanto que tomar em consideração o ciclo de exploração da empresa e os tempos médios de recebimento e pagamento.

A Liquidez Reduzida é uma medida mais severa da posição líquida da Instituição. Dá a ideia clara da capacidade da Instituição para, sem grandes riscos, ser capaz de solver os seus compromissos de curto prazo. É utilizada com a mesma finalidade do rácio de liquidez geral, mas admite que as existências não poderão ser transformadas de imediato em dinheiro. Este rácio permite destacar o peso das existências numa empresa.

Como podemos verificar o rácio de liquidez geral é de 1,09 um pouco acima de 1 o que significa que a Instituição consegue gerar disponibilidades para cumprir com as suas obrigações de curto prazo, a liquidez reduzida apresenta um valor de 1,09 verificando-se que o peso do valor dos inventários tem pouca representatividade.

A Liquidez Imediata é um terceiro indicador de liquidez que restringe ainda mais o conceito de activos líquidos, cingindo-os às disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo de uma Instituição. É utilizada por quem pretende conhecer o grau de cobertura dos passivos circulantes por disponibilidades (Depósitos Bancários+Caixa+Títulos Negociáveis / Passivo Circulante). Este indicador difere do anterior porque exclui do numerador as dívidas de terceiros. Apesar da grande homogeneidade das rubricas que figuram no activo a sua utilidade prática é muito reduzida visto que as Entidades se esforçam por terem uma tesouraria nula. Portanto o valor do rácio ou é zero, ou aproxima-se dele, o nosso rácio de liquidez imediata é de 0.07 muito próximo de zero que é o pretendido. Caso contrário, uma relação superior ou próxima de um, pode querer dizer: uma tesouraria ociosa, valores disponíveis subutilizados ou/e decréscimos de actividade. No entanto este raciocínio não se aplica na nossa Instituição.



Fundação Casa do Pessoal da
Segurança Social e Saúde
do Distrito de Aveiro

[Handwritten signature]
31.10.2017
[Handwritten signature]

O prazo médio de pagamento, a fornecedores da Instituição é de **48 dias** que significa o tempo que levamos a pagar aos fornecedores as obrigações decorrentes da compra de matéria primas e fornecimento de serviços.

O prazo médio de recebimentos é de **7 dias** que retrata o tempo que a Instituição leva para receber dos seus clientes, tempo decorrido entre a venda e o seu recebimentos.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO

A demonstração de resultados por natureza evidencia a formação de resultados num certo período, avalia a situação económica da empresa.

Esta formação de resultados evidencia-se pela síntese dos Gastos e Rendimentos e:

Resultados = Rendimentos - Gastos

Rendimentos > gastos = Resultado Positivo (Lucro)

Rendimentos < gastos = Resultado Negativo (Prejuízo)

É de salientar que existe uma distinção nítida entre resultados operacionais e resultados financeiros. Nos resultados operacionais integram-se os rendimentos e gastos respeitantes à exploração, enquanto que nos resultados financeiros consideram-se os rendimentos de aplicações de capital e os gastos dos financiamentos,

Analiseemos então alguns rácios económico-financeiros;

<u>RÁCIOS ECONÓMICOS</u>	2017	2016	2015
Taxa de crescimento da actividade	2%	0,23%	11,58%
Rentabilidade operacional da actividade	26%	23,00%	26,39%
Rentabilidade líquida da actividade	14%	10,75%	11,50%
Peso dos gastos c/o pessoal na actividade	101%	97,54%	95,60%

Rendibilidade do Activo	4%	3,48%	3,71%
Dependência de subsídios	41,64%	39,36%	40,52%

O **rácio de rendibilidade do activo** é um indicador económico que mede a capacidade dos activos da Instituição em gerar retorno financeiro. O cálculo da Rendibilidade do Activo é efectuado pela divisão dos resultados líquidos pelo valor líquido dos activos da Instituição.

Um resultado elevado significa que os activos tem uma elevada capacidade para gerarem retorno financeiro. O valor de rendibilidade do activo da Instituição em 2017 é de 4% o que significa que estamos a gerar muito pouco resultados com os nossos activos.

Rentabilidade operacional da actividade este rácio mede a percentagem das vendas e prestações de serviços que resta depois de cobertos todos os custos de exploração, incluindo provisões e amortizações. O nosso rácio apresenta um valor de 26%, ou seja, significa que o resultado operacional tem um peso de 26% nas vendas e prestações de serviços.

Rentabilidade líquida da actividade mede a rendibilidade que a Instituição tem depois de pagos todos os custos, encargos financeiros e impostos. Este rácio em relação ao anterior apresenta um valor de 14% pois neste rácio esta reflectido o peso dos custos financeiros. Estes dois rácios apresentam em relação ao ano de 2016 um aumento evidenciando que em 2017 houve um melhor desempenho da actividade.

Peso dos gastos c/o pessoal na actividade, este rácio apresenta um aumento em relação a 2016 em cerca de 3.46%, o que significa que apesar termos registados um aumento no volume de negócios, o valor das vendas e prestações de serviços não é suficiente para fazer face aos gastos com o pessoal.

Em relação a estes rácios, **dependência de subsídios** apresenta um valor de 41,64% um aumento de cerca de 2,28% em relação ao ano anterior, no entanto ainda representa um valor significativo de dependência do estado na actividade da Instituição.



[Handwritten signature]
M. J. J. J.
J. J. J. J.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (CASH-FLOWS)

A demonstração de fluxos de caixa deve relatar os movimentos de caixa durante o período, classificados por actividades operacionais, de investimento e de financiamento, de forma a proporcionar informação que permita aos utentes das demonstrações financeiras determinar o impacto dessas actividades na posição financeira da Instituição e nas quantias de caixa e seus equivalentes.

Fluxo actividades Operacionais	178.906,30
Fluxo das actividades de Investimento	-22.315,14€
Fluxo das actividades de Financiamento	-82.362,39€
Variação de caixa e seus equivalentes	197.262,85€

O fluxo das actividades operacionais regista os pagamentos e recebimentos da actividade operacional tais com pagamento a fornecedores, ao pessoal e ao estado e os recebimentos dos clientes, sendo este fluxo positivo mostra que a actividade gera liquidez para fazer face aos pagamentos da actividade operacional.

O fluxo das actividades de Investimentos regista os pagamentos e recebimentos das actividades de Investimento, que apresenta um resultado negativo devido aos pagamentos dos investimentos efectuados.

O fluxo das actividade de financiamento regista os recebimentos e pagamentos referentes a financiamentos, neste caso o pagamento de juros e amortização de capital em dívida, o que gera um fluxo negativo.

A variação de caixa e seus equivalentes é positiva, o que significa que a actividade operacional gerou liquidez para pagar os investimentos, juros e amortizações de capital referentes aos nossos financiamentos, gerando fluxos positivos para se efetuar alguma poupança.

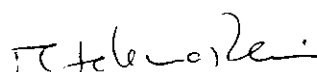
5. CONCLUSÃO

Pela análise efetuada às demonstrações financeiras e a alguns rácios, concluímos que a Instituição apresenta um crescimento de 2%, comparativamente com o ano de 2016, verifica-se um aumento da atividade que se reflete quer economicamente quer financeiramente. Evidencia-se também alguma estabilidade financeira, no entanto, em termos de liquidez, apesar de conseguirmos no curto prazo solver as nossas obrigações, ainda mantemos um rácio de endividamento elevado e alguma fragilidade no que concerne à rentabilidade dos nossos ativos, temos que melhorar e criar forma de gerar mais resultados com os nossos equipamentos, como por exemplo, rentabilizar os edifícios, (aluguer salas formação, rentabilização do ginásio) e viaturas, (aluguer autocarro), por forma a aumentarmos a rentabilidade do activo. A instituição encerrou o Exercício de 2017 com um resultado líquido positivo de 269.634,76€ sendo que o CSCDA513 encerrou o exercício de 2017 com um Resultado líquido negativo de -157.645,36€ (Instituição que evidencia os encargos financeiros e amortizações com o edifício Centro Integrado), sendo que a junção dos Resultados das duas instituições resulta no Resultado Líquido positivo de 111.989,40€. verificando-se um aumento dos resultados face ao ano anterior de 9.769,42€.

Podemos também verificar que temos uns fluxos de caixa elevados (197.262,85€), o que sugiro que se faça com parte deste fluxo algumas aplicações financeiras em produtos bancários que originem uma maior rentabilidade para a Instituição.

Aveiro, 20 de Março de 2018

A Direcção Financeira





Fundação Casa do Pessoal da
Segurança Social e Saúde
do Distrito de Aveiro

2017

Relatório Atividades e Contas

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
Secur

ANEXO 4

Outros Relatórios

